



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Um diretor educacional de uma escola de Ensino Fundamental é reconhecido entre os seus pares pelo cumprimento de suas tarefas burocráticas legais. Entretanto, mantém uma postura de distanciamento das atividades curriculares, reuniões pedagógicas e de pais. Alega que essas atividades são de competência da coordenação pedagógica e do corpo docente da escola. Em relação ao assunto, assinale a alternativa correta.
  - (A) O diretor educacional tem uma atitude coerente ao delegar tarefas e não interferir no trabalho do coordenador pedagógico. Afinal, a área pedagógica não é de incumbência da direção da escola.
  - (B) A atitude do diretor é parcialmente coerente, visto que, embora articule as ações da equipe educacional, as ações pedagógicas que garantem a efetivação do processo de ensino-aprendizagem são divididas conforme hierarquia e o diretor deve apenas estar ciente, não se envolvendo diretamente com tais assuntos.
  - (C) Articular as ações da equipe educacional implica acompanhar todas as ações pedagógicas que garantem a efetivação do processo de ensino e de aprendizagem e a construção do conhecimento, atribuições do cargo de diretor educacional, previstas no Projeto Pedagógico da Escola.
  - (D) Uma gestão democrática requer uma postura de *laissez-faire* por parte do diretor educacional, ou seja, deixar os profissionais livres para fazerem o que acharem pertinente dentro do âmbito escolar.
  
2. João, de 8 anos, está internado em um hospital infantil para realizar um tratamento de saúde que o afastará da escola por um período de seis meses. Desde o início de sua internação, ele frequenta a classe hospitalar, que funciona em uma das dependências do hospital, e realiza as atividades propostas pelos professores que atuam nesse espaço especializado de ensino. As avaliações sobre o desenvolvimento da aprendizagem de João são encaminhadas, regularmente, à direção da escola em que ele está matriculado. Em relação a este caso, assinale a alternativa correta.
  - (A) As brinquedotecas que funcionam nos hospitais infantis proporcionam atividades lúdicas, sem fins educacionais, e visam apenas ao entretenimento infantil.
  - (B) As atividades e avaliações escolares realizadas pelo aluno, durante a sua internação hospitalar, não tem validade para o ensino regular e devem ser desconsideradas por seus professores da escola em que ele está matriculado.
  - (C) As escolas, embora possuam alguns casos de alunos afastados em razão de tratamentos de saúde de longa duração, têm o direito de divergir quanto à legitimidade das atividades executadas fora do âmbito escolar, pois estas são consideradas não didáticas.
  - (D) Trata-se de um caso de uma criança que, mesmo estando impossibilitada de frequentar a escola, tem o seu direito à educação garantido, em um espaço hospitalar, através de um atendimento educacional especializado.
  
3. Um dos prerequisites para ser um bom educador é que se conheça a legislação pertinente à educação, para que se possa recorrer às medidas e atitudes coerentes e legais diante de assuntos e circunstâncias, além de estar ciente de seus deveres e direitos. Um diretor procurava as corretas denominações dos níveis de ensino e as encontrou na Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN). Sendo assim, assinale a alternativa que as apresenta.
  - (A) Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior.
  - (B) Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior.
  - (C) Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio e Profissionalizante.

(D) Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

4. O valor dos recursos financeiros repassado às unidades educacionais será definido através de critérios que levam em consideração, **exceto**
- (A) a modalidade da unidade educacional.
  - (B) os índices de analfabetismo do Ministério da Educação (MEC).
  - (C) os estudos socioeconômicos da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.
  - (D) o número de períodos de funcionamento das unidades educacionais.
5. O movimento que ficou conhecido como *Escola Nova*, ocorrido na primeira metade do século XX, defendia princípios educacionais que continuam presentes no sistema educacional brasileiro até os dias atuais. Os idealizadores desse movimento, dentre eles o educador Anísio Teixeira, defendiam a garantia de um ensino cujos princípios consideravam os seguintes aspectos, **exceto**
- (A) o público.
  - (B) o religioso.
  - (C) o laico.
  - (D) o universal.
6. Um diretor deve conhecer o currículo escolar e estar atento conforme as atualizações de acordo com o Ministério da Educação. Sabendo-se que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, é correto afirmar que este será ministrado, em especial, nas áreas de educação artística e de
- (A) literatura e história brasileiras.
  - (B) literatura e geografia geral.
  - (C) história e sociologia.
  - (D) geografia e história brasileiras.
7. Discutia-se a grade curricular em reunião escolar. Surgiu o assunto da inserção da cultura afro-brasileira em todo currículo. O diretor pediu, então, que os professores citassem exemplos de atividades escolares que valorizam a cultura afro-brasileira. Três deles foram pertinentes em suas colocações e um deles apresentou um exemplo **equivocado**. Assinale a alternativa que o apresenta.
- (A) Apresentar as biografias de Pixinguinha, Machado de Assis e Clementina de Jesus e ressaltar as suas contribuições para a cultura brasileira.
  - (B) Contar histórias sobre a Princesa Zacimba Gaba, Chico Rei e Zumbi dos Palmares para os alunos.
  - (C) Pesquisar sobre o Candomblé, religião de origem africana.
  - (D) Enaltecer a importância da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888, nas aulas de História do Brasil.

8. A cultura indígena sempre esteve presente na história do Brasil desde os primórdios, influenciando constantemente nas tradições do país. Considerando a importância que a escola tem em estar constantemente em contato com as tradições do país, eis a necessidade de inserir no currículo escolar os elementos da cultura indígena. Sendo assim, assinale a alternativa que **não** apresenta uma diretriz que poderia subsidiar as atividades de uma escola sobre a História e Cultura Indígena.
- (A) Respeitar os costumes, línguas, crenças e tradições indígenas.
  - (B) Respeitar o direito originário sobre as terras ocupadas pelos índios.
  - (C) Perpetuar a imagem do “bom selvagem”, atribuída a essas populações desde os tempos do Brasil Colonial.
  - (D) Promover cursos de formação de professores e pesquisar bibliografia sobre o tema indígena.
9. Ao ser questionado sobre as modalidades de ensino, um diretor pesquisou sobre o assunto na LDBEN e chegou à conclusão que são consideradas modalidades de ensino
- (A) o Ensino Superior e a Educação à Distância (EAD).
  - (B) a Educação Privada e a Pós-Graduação.
  - (C) a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).
  - (D) a Educação Física e a Educação Artística.
10. Ao pesquisar sobre o analfabetismo, o diretor chegou aos seguintes dados: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da pesquisa do Programa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2009, a taxa estimada de analfabetismo funcional, entre pessoas de 15 anos ou mais, era de 20,3%. Considera-se um analfabeto funcional
- (A) a pessoa que tem capacidade mínima de decodificar as letras e desenvolve uma mínima habilidade de interpretação de textos, porém, não consegue realizar operações matemáticas.
  - (B) a pessoa com menos de quatro anos de estudo e que, mesmo sabendo ler e escrever frases simples, não possui as habilidades necessárias para satisfazer as demandas do seu dia-a-dia e se desenvolver pessoal e profissionalmente.
  - (C) a pessoa que não consegue ler ou escrever palavras simples e curtas.
  - (D) a pessoa que tem capacidade mínima de decodificar letras e resolver operações matemáticas, mas não possui domínio de escrita, conseguindo ler e interpretar razoavelmente.
11. De acordo com a Lei nº 6.662/91, que cria o conselho de escola nas unidades educacionais do município de Campinas, a autonomia do Conselho se exercerá nos limites da Legislação em vigor,
- I. das diretrizes de política educacional traçadas pela Secretaria Municipal de Educação.
  - II. do compromisso com a democratização das oportunidades de acesso e permanência na escola pública de todos que a ela têm direito.
  - III. das metas de ensino traçadas pelas unidades educacionais da região metropolitana de Campinas.
- É correto o que está contido em
- (A) I e II, apenas.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) I, apenas.

12. Ao observar o alto índice de repetência dos alunos, um diretor resolveu tomar providências. Fez um balanço e um relatório unindo dados, alunos, classes e suas principais dificuldades. Consultou a lei e descobriu que, de acordo com a Lei nº 7.145/92, que estabelece objetivo, competência e dá normas de funcionamento do conselho das escolas municipais, conforme artigo 230, da Lei Orgânica do Município de Campinas, o Conselho das Escolas Municipais tem, entre os seus objetivos
- (A) comunicar ao Conselho Tutelar sobre os elevados níveis de repetência da unidade educacional.
  - (B) garantir a permanência do educando na rede escolar, com melhoria na aprendizagem, reduzir ao mínimo o número de repetências e todas as formas de exclusão.
  - (C) o remanejamento dos alunos em caso de elevados níveis de repetência da unidade educacional, visando a reduzir ao mínimo o número de repetências e todas as formas de exclusão.
  - (D) garantir a permanência do educando na rede escolar, comunicando ao Conselho Tutelar conforme necessário, para, então, reduzir ao mínimo o número de repetências e todas as formas de exclusão.
13. Em conformidade com a Lei nº 11.893/04, que dispõe sobre a alteração da Lei nº 7.145/92, são competências do Conselho das Escolas Municipais as seguintes atribuições, **exceto**
- (A) emitir parecer a todas as mudanças que venham a ser pretendidas no Estatuto do Magistério.
  - (B) indicar temas de seminários, debates, plenárias, momentos culturais, que digam respeito à Educação e que promovam a participação mais ampla dos cidadãos no processo educacional.
  - (C) acompanhar a execução orçamentária das dotações alocadas na função Educação.
  - (D) eleger e nomear funcionário para exercer cargo vago da Unidade Educacional, desde que sejam observados os prerequisites necessários para o preenchimento da função.
14. É necessário que se saiba, baseando-se na Lei nº 7.145/92, os membros participantes do Conselho das Escolas Municipais, que é nomeado através de decreto. Sendo assim, assinale a alternativa que **não** apresenta um destes membros.
- (A) 2 (dois) representantes do Sindicato dos Professores (SINPRO).
  - (B) 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação.
  - (C) 3 (três) professores de ensino pré-escola.
  - (D) 4 (quatro) pais de alunos.
15. Um diretor observou comportamento estranho dos alunos do Ensino Médio. Ao observá-los com mais atenção, descobriu que um deles incentivava os outros alunos a praticarem atos de vandalismo dentro e fora da escola. Em dúvida sobre qual atitude tomar, além de averiguar a situação e tomar as medidas escolares cabíveis, resolveu pesquisar no Estatuto da Criança e do Adolescente as possíveis medidas socioeducativas aplicadas ao adolescente que cometeu um ato infracional. E descobriu que verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente, entre outras, as seguintes medidas:
- I. obrigação de reparar o dano.
  - II. prestação de serviços à comunidade.
  - III. liberdade assistida.
  - IV. inserção em regime de semiliberdade.
  - V. internação em estabelecimento educacional.

É correto o que está contido em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I, II, III, IV e V.

16. Rafaela, aluna do 2º ano do Ensino Médio, após comportamento diferente do que costumava ter, apresentou um número de sucessivas faltas injustificadas. Esgotaram-se as tentativas de contatá-la e, no contato com os pais, obtinha-se resposta insatisfatória. A posição correta da escola, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, neste caso, seria

- (A) comunicar imediatamente à polícia.
- (B) aguardar contato por mais 72 horas, até que a aluna seja considerada desaparecida.
- (C) comunicar ao Conselho Tutelar.
- (D) procurar investigar o que ocorreu de errado, indo à residência da aluna, juntamente com assistente social e psicólogo, e, em último caso, se necessário, comunicar à polícia.

17. Em uma escola de Campinas, os integrantes do Quadro do Magistério reivindicavam o acréscimo de 10% em seus vencimentos. De acordo com a Lei Municipal nº 6.894/91, isto se deu devido ao trabalho realizado

- (A) após as 19h.
- (B) após as 22h.
- (C) após as 18h.
- (D) aos finais de semana.

18. Durante uma aula, uma professora colocou um aluno de castigo, atrás da porta, após este errar sucessivas perguntas sobre a matéria. A professora não notou que o aluno passava por um momento difícil psicologicamente e fez brincadeiras vexatórias que provocaram o constrangimento deste, levando-o a um comportamento agressivo, prejudicando, assim, todo o andamento da aula e provocando a perturbação emocional do aluno. Os pais foram à escola, no dia seguinte, para conversar com a coordenadora e com a diretora, pois eles pesquisaram sobre o assunto e descobriram que no Estatuto da Criança e do Adolescente, mais precisamente no artigo 232, submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento gera uma pena de

- (A) detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.
- (B) detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, com possibilidade de prestação de serviços à comunidade.
- (C) reclusão de 6 (seis) meses e multa.
- (D) reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos.

19. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de, entre outros,

- I. orientação e apoio sociofamiliar.
- II. apoio socioeducativo em meio aberto.

- III. colocação familiar.
- IV. abrigo.

É correto o que está contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.

20. De acordo com a Lei Municipal nº 6.894/91, fica assegurada aos integrantes do Quadro do Magistério a valorização funcional. A valorização funcional dar-se á por

- I. acesso.
- II. progressão em níveis.
- III. promoção por mérito.
- IV. aumento por mérito.

É correto o que está contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

21. Os alunos de uma escola reclamavam constantemente do método didático de uma professora. Após averiguação do caso, chegou-se à conclusão de que a professora possuía incompetência didático pedagógica comprovada. O que caracteriza uma das causas para demissões, afastamentos ou readaptações dos integrantes do Quadro do Magistério. Sendo assim, pode-se citar, de acordo com a Lei Municipal nº 6.894, as seguintes causas:

- I. incapacidade específica comprovada para o exercício da função decorrente de traumas psíquicos.
- II. moléstias incuráveis.
- III. irresponsabilidade profissional.
- IV. antecedência criminal.

É correto o que está contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.

22. Em conformidade com a Legislação Municipal – Lei 8869/96, que dispõe sobre a criação, a composição, as atribuições e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação, compete ao Conselho Municipal de Educação do Município de Campinas, **exceto**
- (A) subsidiar o plano de aplicação de recursos públicos, em Educação, no Município.
  - (B) criar conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estadual e municipal.
  - (C) opinar sobre a criação, ampliação e localização das escolas municipais.
  - (D) opinar sobre convênios de ação interadministrativa que envolvam o Poder Público Municipal e as demais esferas do Poder Público ou do setor privado.
23. De acordo com a Lei Municipal nº 8869/96, que dispõe sobre a criação, a composição, as atribuições e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação é composto dos seguintes órgãos, **exceto**
- (A) Órgãos Auxiliares.
  - (B) Comissões.
  - (C) Plenário.
  - (D) Assessoria Parlamentar.
24. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. Sendo assim,
- (A) na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a considerar a universalização do ensino.
  - (B) os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no Ensino Médio e no Ensino Superior.
  - (C) a União aplicará, anualmente, nunca menos de 16 (dezesesseis), e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 20% (vinte por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
  - (D) os Municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil.
25. A oferta de Educação Especial pelo Estado tem início
- (A) a partir dos 6 anos.
  - (B) de 3 a 6 anos.
  - (C) de 0 a 6 anos.
  - (D) dos 7 aos 14 anos.
26. Potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento e realização de tarefas em áreas de seu interesse. A definição refere-se a
- (A) praticantes de esportes.
  - (B) artistas em geral.
  - (C) alunos com altas habilidades/ superdotação.
  - (D) alunos com transtornos globais do desenvolvimento.

27. O sr. José, de 38 anos, está interessado em retomar os estudos e procurou uma escola de Ensino Fundamental que oferecesse o curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA), no período noturno, após o expediente de trabalho. Ele explicou aos funcionários da secretaria que deixou de estudar há muito tempo e, como a escola ficava numa área rural, não tem nenhuma documentação que comprove o seu grau de escolaridade. O sr. José é alfabetizado e frequentou as aulas por um período de 3 anos. Com a finalidade de regularizar a vida escolar do sr. José, o diretor educacional deve providenciar
- (A) a terminalidade específica.
  - (B) a reclassificação.
  - (C) a classificação.
  - (D) o teste vocacional.
28. A Classificação e Reclassificação dos estudantes são
- (A) prerrogativas de responsabilidade da Diretoria de Educação, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei nº 9394/96).
  - (B) instrumentos de avaliação permanente, aplicada anualmente pela esfera federal (Prova Brasil) e estadual (Saresp).
  - (C) atribuições delegadas aos professores da escola para a aplicação e correção dos instrumentos educacionais de avaliação.
  - (D) atribuições delegadas às instituições de ensino, consignados nos projetos pedagógicos, regimentos escolares e regulamentados pelo sistema de ensino.
29. O Plano Nacional de Educação (PNE), que vigorou entre os anos de 2001 a 2010, continha metas que deveriam ter sido cumpridas durante esse período. Entre as metas citadas abaixo, pode-se considerar como sendo a meta que obteve os melhores resultados, aquela que
- (A) implantou o ensino de 9 anos.
  - (B) erradicou o analfabetismo no Brasil.
  - (C) implantou o piso salarial dos professores e os planos de carreira do magistério.
  - (D) atendeu em 100% a população de crianças até 3 anos que necessitavam de creches.
30. O conceito de *Diversidade* está associado à
- I. pluralidade.
  - II. multiplicidade.
  - III. heterogeneidade.
- É correto o que está contido em
- (A) I e II, apenas.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) I, II e III.

Leia o trecho abaixo para responder à questão 31.

“Os melhores guias são os que percorrem o caminho conosco, enfrentando as mesmas dificuldades e provocando-nos a andar mais depressa.”

Jussara Hoffmann.

31. A educadora reporta-se à sua vivência pessoal, ao percorrer o Caminho de Santiago de Compostela (Espanha), para fazer um comparativo com o processo de
- (A) plano pedagógico.
  - (B) avaliação institucional.
  - (C) sondagem prévia dos alunos.
  - (D) avaliação mediadora.
32. De acordo com a Constituição Federativa da República do Brasil, assinale a alternativa **incorreta**.
- (A) Serão fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.
  - (B) O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários alternativos das escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio.
  - (C) O Ensino Fundamental regular será ministrado em Língua Portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
  - (D) Compete ao Poder Público recensear os educandos no Ensino Fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.
33. Numa reunião de pais, D. Maria deu um depoimento dizendo que, desde que os professores solicitaram a ela que acompanhasse com atenção e carinho as atividades escolares de seu filho em casa, o menino “danado” mudou “da água pro vinho”. O fato de ela trabalhar o dia todo, não a impediu de “arranjar um tempinho pra ele”. Após a declaração, a professora lembrou que a participação dos pais, na estratégia de promoção do sucesso escolar de seus filhos, era fundamental. Assinale a alternativa que seria incoerente com uma relação de parceria entre escola-família.
- (A) Considerar a diversidade de arranjos familiares.
  - (B) Considerar as diferenças sócioeconômicas e culturais das famílias.
  - (C) Incluir no currículo da escola experiências trazidas pelos pais e mães de alunos.
  - (D) Analisar as dificuldades dos alunos sob a ótica do modelo da reprovação e atribuir à ausência dos pais as dificuldades apresentadas pelos educandos.
34. R. R., docente de uma turma de educação infantil, é uma professora que não costuma levar os seus alunos ao *playground* da escola, alegando que tem medo que alguma criança se machuque. A coordenadora pedagógica conversa com a professora, e convence-a da importância do ato de brincar, baseada nos estudos teóricos de
- (A) L.S. Vygotsky e a teoria sobre o Desenvolvimento Humano.
  - (B) B.F. Skinner e o *Behaviorismo*.
  - (C) Maria Montessori e os Métodos Ativos e Individualização do Ensino.
  - (D) Santo Tomás de Aquino e a Escolástica.

Leia o texto abaixo, transcrito com pequenas alterações para esta avaliação, para responder às questões de 35 a 39. Trata-se de um ofício que pode ser encontrado no site oficial do MEC.

Ministério da Educação

Secretaria Executiva

Subsecretaria de Assuntos Administrativos

Coordenação Geral de Gestão de Pessoas

Ofício n° 665/2009-MEC/SE/SAA

Brasília, 28 de abril de 2009

Aos Dirigentes de Recursos Humanos das IFE vinculadas ao Ministério da Educação

Assunto: Enquadramento no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, instituído pela Lei n° 11.091, de 12 de janeiro de 2005, de servidores oriundos de IFE redistribuídos para a Advocacia Geral da União.

Cumprindo as determinações constantes do art. n° 329, § 1º, da Lei n° 11.907, de 02 de fevereiro de 2009, as Instituições Federais de Ensino que tiveram servidores redistribuídos para a Advocacia Geral da União deverão proceder ao enquadramento dos mesmos no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei n° 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

O enquadramento dos servidores será promovido em cada IFE pela Comissão instituída nos termos do art. 19 da Lei n° 11.091/2005, que deverá ser reconstituída com essa finalidade específica.

O prazo máximo para o enquadramento será de 90 (noventa) dias contados da data de publicação da Lei n° 11.097/2009, ou seja, até o dia 02.05.2009, mediante posicionamento na Matriz Hierárquica e no nível de capacitação correspondente às certificações que os servidores possuam.

Para tanto, caberá à AGU encaminhar à Instituição de origem do servidor:

- 1 – certidão que comprove o tempo de serviço público federal do servidor;
- 2 – certificado(s) ou diploma(s) de educação formal em nível superior ao exigido para ingresso no cargo de que o servidor é titular, para fins de concessão do Incentivo à Qualificação;
- 3 – certificados de cursos de capacitação, para efeito de enquadramento no nível de capacitação correspondente;

4 – especificação do ambiente organizacional de atuação do servidor, de acordo com o Anexo II do Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006.

De posse desses dados, as Comissões promoverão o enquadramento dos servidores, considerando os parâmetros estabelecidos na Lei nº 11.091/2005, conforme aplicados originalmente para os demais servidores da IFE.

Uma vez publicado o ato de enquadramento, caberá à Advocacia Geral da União efetuar os ajustes sistêmicos necessários à sua implementação no sistema SIAPE.

Atenciosamente,

Joaquim Maria Machado de Assis

Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas/MEC

35. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.

- (A) No fragmento: “de servidores **oriundos de** IFE redistribuídos para a Advocacia Geral da União.”, retirado do trecho referente ao “Assunto”, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “lotados em”.
- (B) No primeiro parágrafo, no trecho: “Cumprindo as determinações **constantes** do art. nº 329”, o vocábulo destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “contínuas”.
- (C) O trecho “as Instituições Federais de Ensino que tiveram servidores redistribuídos para a Advocacia Geral da União”, do primeiro parágrafo, permite inferir que nem todas as IFE tiveram servidores redistribuídos para a AGU.
- (D) No trecho: “deverão **proceder ao** enquadramento dos mesmos”, do primeiro parágrafo, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo de sentido, por “provir de”.

36. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.

- (A) No primeiro parágrafo do texto, no trecho: “deverão proceder ao enquadramento **dos mesmos** no Plano de Carreira”, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo de sentido, por “destes”.
- (B) A última oração do primeiro parágrafo, “de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.”, pode ser reescrita da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “de que se trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.”.
- (C) A primeira oração do segundo parágrafo do texto, “O enquadramento dos servidores será promovido em cada IFE”, pode ser reescrita da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “Se promoverá o enquadramento dos servidores em cada IFE”.
- (D) Na primeira oração do segundo parágrafo do texto, “O enquadramento dos servidores será promovido em cada IFE pela Comissão **instituída nos termos do art. 19**”, o autor deveria ter utilizado uma vírgula antes do trecho destacado.

37. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) Na última oração do segundo parágrafo: “que deverá ser reconstituída com **essa finalidade específica**.”, o trecho destacado refere-se ao enquadramento das IFE no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.
  - (B) A recorrência do substantivo “enquadramento” nos três primeiros parágrafos permite afirmar que a repetição é recurso fundamental de coesão textual, com a finalidade de garantir a clareza do texto.
  - (C) No trecho: “mediante posicionamento na Matriz Hierárquica e **no** nível de capacitação”, do terceiro parágrafo, o termo destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “o”.
  - (D) No trecho: “no nível de capacitação correspondente às certificações que os servidores **possuam**.”, do final do terceiro parágrafo, a forma verbal destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “possuem”.
38. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No quarto parágrafo, no período: “**caberá** à AGU encaminhar à Instituição de origem do servidor”, a forma verbal destacada é transitiva direta e indireta.
  - (B) No quarto parágrafo, no período: “caberá à AGU encaminhar à Instituição de origem do servidor”, as duas ocorrências do acento grave são facultativas.
  - (C) No quarto parágrafo, no período: “caberá à AGU **encaminhar** à Instituição”, os complementos diretos da forma verbal destacada são os termos enumerados de 1 a 4 no texto.
  - (D) No item 2, a expressão “em nível superior ao exigido” pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico por “a nível de ensino superior exigido”.
39. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) Ao final dos itens de 1 a 3, as ocorrências do ponto e vírgula poderiam ser substituídas, sem que ocorresse erro gramatical, alteração de sentido ou prejuízo à coesão e à coerência do texto, por pontos finais, desde que fossem feitos os devidos ajustes nas letras minúsculas dos vocábulos que iniciam cada um dos itens.
  - (B) O trecho “para fins de concessão do Incentivo à Qualificação”, retirado do item 2, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical, alteração de sentido ou prejuízo à coesão e à coerência do texto, da seguinte maneira: “para concessão do Incentivo à Qualificação”.
  - (C) No trecho: “**Uma vez publicado o ato de enquadramento**, caberá à Advocacia Geral da União efetuar os ajustes sistêmicos”, do último parágrafo, o termo destacado tem valor causal, e pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “Uma vez que foi publicado o ato de enquadramento”.
  - (D) No trecho: “caberá à Advocacia Geral da União efetuar os ajustes sistêmicos necessários **à** sua implementação no sistema SIAPE.”, do último parágrafo, é proibida a supressão do acento grave no termo destacado, devido à regência nominal e ao uso do artigo definido em expressão que contém pronome possessivo.

Leia o texto abaixo para responder às questões de 40 a 44.

### Os desmandos do ensino apostilado

Em 2005 e 2006, circularam notícias dando conta de que a última onda no ensino fundamental público, mormente o paulista (129 dos 645 municípios já aderiram), é a terceirização pedagógica, por meio da aquisição de “kits de ensino” oferecidos pelos sistemas privados. O pacote é composto por apostilas para alunos, treinamento para os professores e, sobretudo, promessa de maior controle dos resultados para os gestores.

Não se trata aqui de subscrever, mais uma vez, o atestado de impotência dos profissionais da educação pública ante o apelo implacável da privatização educacional (agora desde o interior das salas de aula), mas de moderar o afã em torno da prática do apostilamento.

Idealizado como corretivo tanto para a malemolência docente quanto para a dispersão discente, o ensino apostilado propõe-se a disciplinar e normatizar os usos e costumes de sala de aula, imprimindo-lhes um ritmo cadenciado, aligeirado, fabril, de modo que não reste tempo hábil para o vago e moroso trabalho do pensamento, este cativo da interrogação (às vezes, da refração), jamais da reiteração compulsória.

A título de maximização dos percursos programáticos, a logística do ensino apostilado é a do estresse calculado, via compactação e compartimentalização dos informes conteudistas, cuja difusão se dá a toque de caixa, geralmente na forma de resumos, esquemas, sínteses. Envoltos pela aura clássica da memorização/reprodução, professores e alunos arremedam as informações enciclopédicas dispostas nas apostilas, embaralhando-se numa sucessão de ecos sem fim e sem propósito.

Nada mais avesso aos ditames pedagógicos contemporâneos, segundo os quais as relações com o saber, se significativas, deveriam portar um caráter edificante, jamais imitativo. Em outros termos, perplexidade e conflito mais do que esclarecimento e harmonização. Para tanto, ensinar poucas coisas para ensiná-las bem – eis o que até o mais ralo bom senso sabe de antemão. Por que, então, insistir no oposto?

Quanto à profissionalidade docente, o resultado é um só: a supressão da independência intelectual, das diferenças de estilo, da liberdade de ação. Seus, agora, executores enfileiram-se de acordo com um modelo homogêneo de conduta que deveria ser acatado sem pestanejar, sob pena de provarem o fardo do desvio e, no limite, do expurgo. Anuência imposta, os professores veem seu vigor e seu entusiasmo serem subtraídos ao máximo – sobretudo aqueles em início de carreira, portadores das feições ideais para a empreitada, estas já carcomidas entre os que têm mais tempo de estrada e são menos porosos às antigas novidades que o ensino apostilado decreta.

Hesitações discentes abafadas, dissonâncias docentes caladas, a autonomia de ambos eclipsada: eis o saldo ético-político do ensino apostilado, um dos símbolos magnos dos tempos neoconservadores que rondam as práticas pedagógicas anuais.

AQUINO, Julio Groppa. “Os desmandos do ensino apostilado”. In: **Instantâneos da escola contemporânea**. Campinas: Papirus, 2007.

40. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) O trecho “circularam notícias dando conta de que a última onda no ensino fundamental público, mormente o paulista”, do primeiro parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido: “circulou notícias dando conta que a última onda no ensino fundamental público, principalmente o paulista”.
  - (B) A expressão “terceirização pedagógica”, do primeiro parágrafo, abre uma cadeia de sentido de importância fundamental no texto – também expressa nos termos “privatização educacional”, do segundo parágrafo; “ritmo cadenciado, aligeirado, fabril”, do terceiro; “a toque de caixa”, do quarto; “esclarecimento e harmonização”, do quinto; “executores” e “empreitada”, do sexto; e “saldo”, do último.
  - (C) Segundo o ponto de vista defendido no texto, a preeminência do ensino apostilado sobre outros métodos de terceirização pedagógica, no âmbito da rede pública, que se aproveitou das conquistas do ensino privado, foi conquistada devido à clareza com que as apostilas para os alunos e o treinamento para os professores permitiram que os gestores do ensino público aferissem e controlassem os resultados obtidos.
  - (D) No trecho: “**Não se trata aqui de** subscrever, mais uma vez, o atestado de impotência dos profissionais da educação pública **ante** o apelo implacável”, do segundo parágrafo, os termos destacados podem ser substituídos, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por “Não se deve aqui” e “frente a”.
41. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No trecho: “Não se trata aqui de **subscrever**, mais uma vez, o atestado de impotência”, do segundo parágrafo, o vocábulo destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “enjeitar”.
  - (B) No trecho: “mas de moderar **o afã** em torno da prática do apostilamento.”, do segundo parágrafo, o trecho destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “a displicência”.
  - (C) No trecho: “o ensino apostilado propõe-se **a disciplinar e normatizar** os usos e costumes de sala de aula”, do terceiro parágrafo, o fragmento destacado pode ser reescrito, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “a disciplinar e a normatizar”.
  - (D) No fragmento: “imprimindo-**lhes** um ritmo cadenciado, aligeirado, fabril, de modo que não reste tempo hábil para o vago e moroso trabalho do pensamento”, do terceiro parágrafo, o pronome destacado refere-se aos termos antecedentes “a malemolência docente” e “dispersão discente”.
42. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No terceiro parágrafo, no trecho: “**de modo que** não reste tempo hábil para o vago e moroso trabalho do pensamento”, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “a fim de que”.
  - (B) Segundo o ponto de vista defendido ao longo do texto, o motivo pelo qual o material apostilado é eficiente, no que diz respeito ao controle dos resultados, é a substituição dos trabalhos de natureza vaga e morosa pela habilidade da reiteração.
  - (C) É possível a inferência de que as expressões “vago e moroso”, na perspectiva dos defensores do material apostilado, representam a ineficiência do sistema de ensino que prescinde da terceirização pedagógica, manifestada na expressão “kits de ensino” do sistema privado.

(D) Segundo o ponto de vista defendido no texto, a ineficiência do material apostilado está baseada em trabalho vago e moroso, que se perde em interrogações e refrações desnecessárias, desviando-se da reiteração compulsória.

43. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.

(A) No quarto parágrafo, no trecho: “**Envoltos** pela aura clássica da memorização/reprodução, professores e alunos **arremedam** as informações enciclopédicas dispostas nas apostilas”, os termos destacados podem ser substituídos, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por “Cercados” e “imitam caricaturalmente”.

(B) Os termos “perplexidade e conflito” sumariam de forma concisa os “ditames pedagógicos contemporâneos”, do quinto parágrafo, também exemplificados pejorativamente, na perspectiva do autor do texto, aos termos “compactação e compartimentalização dos informes conteudistas”, do quarto, que se embaralham “numa sucessão de ecos sem fim e sem propósito”.

(C) Os termos “esclarecimento e harmonização” sumariam de forma concisa os “ditames pedagógicos contemporâneos”, do quinto parágrafo, também exemplificados pejorativamente, na perspectiva do autor do texto, à “supressão da independência intelectual, das diferenças de estilo, da liberdade de ação” do professor, explicada no sexto parágrafo.

(D) Segundo o ponto de vista defendido pelo autor do texto, “ensinar poucas coisas para ensiná-las bem”, expressão extraída do quinto parágrafo, é frase característica do senso comum, ralo, expresso nos chamados “ditames pedagógicos contemporâneos”, de caráter imitativo. A insistência no oposto desses ditames corresponde ao modelo de “compactação e compartimentalização dos informes conteudistas” (expressão do quarto parágrafo).

44. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.

(A) No penúltimo parágrafo, no trecho: “**Anuência imposta**, os professores veem seu vigor e seu entusiasmo serem subtraídos ao máximo”, o termo destacado tem valor causal e pode ser substituído, sem erro gramatical ou alteração de sentido, por “Desabono imposto”.

(B) Segundo as afirmações do penúltimo parágrafo, é possível afirmar que os professores que “têm mais tempo de estrada” são mais afeitos ao ensino apostilado e aos ditames pedagógicos contemporâneos.

(C) É possível a inferência de que, para professores que fogem à “supressão da independência intelectual, das diferenças de estilo, da liberdade de ação” (expressão do penúltimo parágrafo), ocasionada pelos materiais apostilados, uma consequência possível é a demissão.

(D) Os termos “antigas novidades”, retirado do penúltimo parágrafo e “neoconservadores”, retirado do último parágrafo, contêm antítese que pode ser considerada a síntese do ponto de vista do autor a respeito do material apostilado: ele encerra em si as máximas da interrogação e da refração, portadoras de caráter edificante.

## CONHECIMENTOS GERAIS

Leia o trecho abaixo para responder à questão 45.

Nascer é penetrar na condição humana. Entrar em uma história, a história singular de um sujeito, inscrita na história maior da espécie humana. Entrar em um conjunto de relações e interações com outros homens. Entrar em um mundo onde ocupa um lugar (inclusive, social) e onde será necessário exercer uma atividade.

45. Nascer significa ver-se submetido à obrigação de aprender para

- (A) desabrochar, tornar-se plenamente um sujeito. Mas não é possível falar de desabrochamento sem levar em consideração a realidade econômica, social e política. Ninguém desabrocha no abstrato, pois o desabrochamento pressupõe condições concretas e sociais de realização. A escola e o trabalho pedagógico por ela desenvolvido só podem ser compreendidos quando relacionados ao sistema das relações entre as classes. A escola não é uma instância neutra que transmite uma forma de conhecimento intrinsecamente superior e que avalia os alunos a partir de critérios universalistas, mas, ao contrário, é uma instituição a serviço da reprodução e legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes.
- (B) construir a consciência individual. A construção do ser social, feita em boa parte pela educação, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios, sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento, que balizam a conduta do indivíduo em um grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela.
- (C) formar consciência individual. Em cada indivíduo há dois seres inseparáveis, porém distintos. Um deles é individual. Tal porção do sujeito, o jovem bruto, é formada pelos estados mentais de cada pessoa. O desenvolvimento dessa metade do homem é a principal função da educação. Principalmente por meio da psicologia, entendida então como a ciência do indivíduo, os professores tentam construir nos estudantes os valores e a moral. O outro lado do indivíduo é algo formado por um sistema de ideias que exprimem, dentro das pessoas, a sociedade de que fazem parte. A educação é uma socialização da jovem geração pela geração adulta.
- (D) se constituir em um triplo processo: de hominização – tornar-se homem –; de singularização – tornar-se um exemplar único de homem –; de socialização – tornar-se membro de uma comunidade, partilhando seus valores e ocupando um lugar nela. Nascer, aprender, é entrar em um conjunto de relações e processos que constituem um sistema de sentido, no qual se questiona “quem sou, quem é o mundo, quem são os outros”. Diante disto, na escola, é necessário ensinar com significado para mobilizar os alunos.

Leia o trecho abaixo para responder à questão 46.

A educação para a humanização é, para todos nós que estamos trabalhando no campo da Educação Emancipatória, o princípio ético, a determinação política, a utopia estética e o horizonte institucional. Nesta direção, a humanização da educação e da escola é, ao mesmo tempo, processo e produto, nascido e conquistado num projeto de mútua determinação e radicais lutas de professores transformadores. Enquanto processo é ação diária, nas escolas, nas aulas, nas reuniões, no trabalho pedagógico, para fazer valer os princípios da igualdade, da convivência fraterna, da reciprocidade, da solidariedade ativa, para a promoção de um mundo mais justo e humano. Enquanto produto é o espaço novo da educação do homem ativo, que aprendeu a viver junto com seus semelhantes, na empreitada da formação e da produção social, da cultura à economia.

Cesar Nunes.

Educação: humanização e relações de poder. IN: Revista Apase/2005. Adaptado.

46. No campo da Filosofia e da Antropologia Filosófica, hominização e humanização significam, respectivamente,

- (A) a produção da condição humana, o fazer-se homem, seja como processo cultural e grupal, seja como sujeito e subjetividade/ desenvolvimento cultural da espécie e a ação do homem a partir de sua natureza e identidade, sobre a natureza, a sociedade, a civilização, o mundo externo; a humanização da educação e da escola passa pela construção de uma nova cultura, baseada em parâmetros éticos e estéticos emancipatórios. Educar para pensar e sentir.
- (B) elevar à altura do homem (uma doutrina), tornar-se mais humano, mais sociável, civilizar-se/ um conjunto complexo que proporcionou a evolução dos primatas ao homem. Educar, hoje, é transmitir os valores construídos pela sociedade humana.
- (C) tornar-se sensível e caridoso; compadecer-se/ o processo pelo qual os antropoides se tornaram homens; a fim de estudar o processo explicativo de tudo o que faz do homem um animal específico, toma-se como ponto de partida o nascimento da humanidade ou a origem da cultura. Educar é inserir o homem na cultura humana.
- (D) enfatizar a ética e o relacionamento interpessoal; reconhecer o ser humano como foco principal e riqueza de uma sociedade/ a passagem de animal para homem; é necessária a ressignificação da prática pedagógica e dos conhecimentos elaborados e reelaborados na escola, uma vez que a ponte do investimento educacional é o pleno desenvolvimento humano, como determina a legislação.

47. Um supervisor de educação, atuando em um órgão regional da Secretaria Municipal de Educação, o qual estabelece que compete à supervisão orientar, acompanhar e analisar o processo de constituição anual do Conselho de Escola, ao analisar o anexo do Projeto Educacional que descreve a composição da Conselho de Escola, deparou-se com a seguinte descrição:

---

*Conselho de Escola da Escola Municipal Brasil*

---

Presidente: Diretor de Escola – membro nato

Trabalhadores da educação: 10 (dez).

Pais: 5 (cinco).

Alunos: 3 (três).

Total: 19 (dezenove), incluído o membro nato.

---

Diante da composição apresentada, o supervisor educacional, com base na Lei Orgânica do Município de Campinas de 30/03/1990, deve elaborar um parecer

- (A) pela homologação, sendo que a homologação é de competência do Dirigente Regional, por atender à legislação. A Lei determina que os Conselhos de escola sejam compostos por alunos, pais, trabalhadores da educação, sendo que os últimos sempre serão maioria, e que a presidência deste órgão colegiado é exercida pela Direção da Escola, como membro nato e com direito de voto de desempate.
- (B) que devolve o documento para a escola, solicitando a reelaboração do processo eletivo, em um prazo determinado, atendendo ao que determina a legislação. Os Conselhos de Escola serão compostos de forma paritária por alunos, pais e trabalhadores em Educação, que elegerão a presidência.
- (C) que homologa o documento, pois atende à legislação. Os Conselhos de Escola serão compostos por alunos, pais e trabalhadores em Educação, tendo como membro nato a gestão da unidade. Os segmentos que compõem o Conselho têm proporções desiguais em função da idade das crianças e da falta de competência técnica de alguns pais.
- (D) que devolve o documento para a escola, solicitando que reelabore o processo eletivo, em um prazo determinado, atendendo ao que determina a legislação. Os Conselhos de Escola serão compostos de forma paritária por pais e trabalhadores em Educação, sendo que a presidência é exercida pela direção da escola, um membro nato.

48. Durante uma reunião, um supervisor educacional e um professor da rede municipal da cidade de Campinas conversavam sobre todos os propósitos do Sistema Municipal de Ensino, estabelecidos pela Lei nº 12.501/06. Desta forma, certamente os dois profissionais debateram sobre uma destas finalidades, que é
- (A) oferecer educação infantil, garantindo acesso e permanência gratuitos nas Unidades Educacionais de Educação Infantil às crianças de 3 meses até 7 anos, tendo como objetivo garantir os serviços de proteção à população mais vulnerável à exclusão social, suprindo a ação da família e da comunidade.
  - (B) garantir padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.
  - (C) assegurar formação, produção e a pesquisa científica que possibilite o direito à aprendizagem, exclusivamente, a todos os educandos que completarem 7 anos.
  - (D) garantir a participação de docentes e discentes na formulação de políticas e diretrizes para a educação do município, e dos pais e demais segmentos ligados às questões da educação municipal apenas na gestão e controle social dos recursos financeiros e materiais do ensino público e privado, repassados pelo Poder Público.
49. Em fevereiro de 2012, representantes dos movimentos sociais do campo reuniram-se em audiência com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para apresentação da última versão do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). O encontro foi uma iniciativa do gabinete e assessoria do ministro e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e da diretoria de Políticas para Educação no Campo e Diversidade (DPECAD). Na ocasião, Aloizio Mercadante informou que ele e a Presidente Dilma pretendem fazer o lançamento do PRONACAMPO no mês de março. O ponto de partida deste evento é a percepção de que existe no Brasil, em processo de construção, um movimento nacional em torno da questão da Educação do Campo. Tal ato e política reconhecem
- (A) a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença.
  - (B) a visão urbanocêntrica, de raízes fincadas na ideologia desenvolvimentista de caráter urbano-industrial, como necessariamente hegemônica.
  - (C) o direito à igualdade e ao igualitarismo sem distinção do tipo campo-cidade e da produção da existência. A educação escolar é em si um processo universal e se não for desenvolvido do mesmo modo em todos os lugares e para todos, provoca desigualdade.
  - (D) a visão urbanocêntrica excludente do campo como a que embasa as políticas educacionais brasileiras.
50. Carreira é o percurso que um profissional percorre durante sua trajetória. Em Campinas, ela é definida pela Lei Municipal nº 12.987/07, que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos do Magistério Público Municipal. Os professores que ocupam um cargo e fazem parte de um grupo (conjunto de cargos com atribuições semelhantes) dentro do quadro do Magistério Público podem evoluir dentro da sua carreira por meio da progressão vertical e da progressão horizontal. Os professores podem passar de um grau para outro mediante avaliação de desempenho, que tem a finalidade de aprimoramento dos métodos de gestão, valorização do servidor, melhoria da qualidade e eficiência do serviço público e para fins de Evolução Funcional. É consensual a consideração de que o desempenho profissional dos professores, como o de outros profissionais, deve ser sujeito a avaliações sistemáticas capazes de diagnosticar o estágio em que se encontram e, ao mesmo tempo, disponibilizar informação para orientar processos de desenvolvimento. Diante disso e do dispositivo legal, a avaliação de desempenho
- (A) é um ato momentâneo, que não envolve um processo de observação, descrição, análise, acompanhamento da atuação do funcionário e a interpretação de sua atividade profissional na

tomada de decisões relativas ao servidor, de ordem formativa, administrativa, salarial, ou outras. Trata-se de uma avaliação quantitativa, classificatória. É um instrumento do planejamento público.

- (B) permite afirmar que não há progressão automática entre professores. Como a sua aplicação enfrenta momentos difíceis, conflituosos e turbulentos, há a prevalência da opinião da gestão imediata, gerando uma diferenciação extremamente imobilizadora entre os professores. Independente das ações e da vontade do avaliador, o processo se transforma em um exercício de ansiedade, conflituosidade e em um campo de disputa técnica centrada na discussão sobre os meios, os instrumentos e sobre quem deve construí-los.
- (C) é uma política governamental que visa a maximizar o desempenho do servidor. É uma medida que afirma que o professor vale o que desempenha. No caso específico do professor na escola, tal como determina a legislação, a avaliação permite que ele descreva, interprete e reflita sobre a sua prática. Ou seja, trata-se de uma avaliação formativa no sentido pleno, capaz de sugerir planos de ação individual e/ou coletivo, susceptíveis de levar cada professor, no quadro do seu contexto de trabalho, ao máximo desempenho possível, e isso é sinônimo de melhoria contínua das aprendizagens dos alunos.
- (D) deve ser uma atividade de reflexão-ação sobre a distância entre o desejado e o executado, que, se bem conduzida, pode ser benéfica para ao avaliado, o avaliador e a instituição. Para tal, é necessária a participação dos servidores na definição dos objetivos, das metas da instituição, dos planos de trabalho e de ação. Não se resume no momento da avaliação em si, envolve observação, registro, análise, interpretação e acompanhamento da atuação do servidor. Não é aceitável que a avaliação de desempenho seja feita sem acautelar questões éticas basilares.